



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 70ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 17 de outubro de 2016, com início às nove horas e quarenta e um minutos sob a presidência do vereador **LUIZ FRARE**, secretariada pelo vereador **ROMULO QUINTINO** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Celso Dal Molin, Cláudio Gaiteiro, Fernando Winter, Gugu Bueno, Ganso Sem Limite, Jaime Vasatta, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Marcos Rios, Luiz Frare, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. – Presidente: Antes de continuarmos, gostaria de convidar o Dr. Antônio Cesar Glen House que vai fazer uso da tribuna pra divulgar a semana da saúde bucal. Com a palavra, Dr. Cesar. (O Dr. Antônio Cesar Glen House falou sobre a semana da saúde bucal e sobre o dia nacional do cirurgião dentista. Também aproveitou pra pedir apoio aos senhores vereadores, pra que seja concedida moção honrosa ao cirurgião dentista Edo Picoloto que é o cirurgião dentista mais antigo e ainda, em atividade na cidade de Cascavel. Ao final agradeceu). – Presidente: Pode contar com o apoio desta Casa à semana da prevenção a saúde bucal. - Vereador Romulo Quintino: Questão de ordem. Deixar também registrado uma sugestão do Dr. Antônio Cesar Glen House que sempre vem revestido de muita propriedade. Como já havia falado com o senhor, vamos propor esse requerimento na próxima semana. Obrigado! – Presidente: Sob a proteção de Deus e havendo número regimental, dou por aberta à sessão e solicito ao senhor secretário que efetue a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Ofício nº 113/2016 do gabinete do vereador Pedro Martendal, informando sua ausência nas Sessões dos dias 17 e 18/10/2016. Projeto de lei nº 93/2016. Projeto de lei nº 94/2016. Projeto de lei nº 95/2016. Parecer nº 43 favorável da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de lei nº 90/2016. Parecer nº 41 favorável da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de lei nº 84/2016. Parecer nº 150 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 84/2016. Parecer nº 154 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 90/2016. Parecer nº 40 favorável da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de lei nº 81/2016. Parecer nº 149 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 81/2016. Parecer nº 21 contrário da Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo ao Projeto de lei nº 82/2016. Parecer nº 146 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 82/2016. Parecer nº 147 favorável da Comissão de Justiça e Redação a emenda modificativa nº 1 ao Projeto de lei nº 82/2016. Parecer nº 25 favorável da Comissão de Educação, Cultura e Desporto ao substitutivo nº 1 ao Projeto de lei nº 21/2016. Ofício SEAJUR/ATL nº 292/2016, em resposta ao requerimento nº 303/2016 da Comissão de Educação, Cultura e Desporto. Ofício SEAJUR/ATL nº 293/2016, em resposta ao requerimento nº 329/2016 do vereador Professor Paulino. Ofício nº 1292/2016/GIGOV/GV, contrato de repasse entre o município de Cascavel e a CEF. Ofício nº 3091/2016/GIGOV/GV, sobre crédito de recursos financeiros no Orçamento Geral da União. Inscritos para o pronunciamento do grande expediente, os vereadores



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Luiz Frare, Professor Paulino e o vereador Romulo Quintino. – Presidente: Finda está à matéria de expediente. **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA:** – Presidente: Deixo a palavra livre pra inclusão ou destaque para a ordem do dia. (Não houve). **ORDEM DO DIA:** - Presidente: Temos as atas da 68ª e 69ª sessões ordinárias, realizadas dias 10 e 11 de outubro de 2016. Em discussão as atas. Em votação, os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem. Atas aprovadas pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Em primeira discussão e votação o Projeto de lei nº 66/2016, que altera dispositivos da lei municipal nº 6.074 de 2012, que institui o sistema municipal de incentivo cultural de Cascavel – FMICC - estabelece diretrizes para políticas públicas de cultura e dá outras providências; autores os vereadores Paulo Porto e Rui Capelão e com pareceres contrários das Comissões de Justiça e Redação e da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento. Em discussão os pareceres contrários. - Vereador Rui Capelão: Este Projeto estamos trabalhando, desde o início do meu mandato e fizemos uma lei pedindo 100% e o prefeito enviou pra nós, uma alteração de 50%. Posteriormente, o prefeito definiu 10%. Entendo que este fato não deve ser debatido agora, até por ser fim de governo; então eu gostaria de pedir o arquivamento deste Projeto e que seja discutido na próxima gestão. Obrigado! – Presidente: Em discussão o pedido de arquivamento. Em votação a retirada da ordem do dia do Projeto; os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores, aprovada a solicitação de retirada do Projeto da ordem do dia. Em primeira discussão e votação o Projeto de lei nº 81/2016, que dispõe sobre o reajuste da unidade fiscal do município - UFM, para o exercício fiscal de 2017. Em discussão. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Este projeto dispõe sobre o reajuste da unidade fiscal do município UFM, para o exercício 2017. Sabemos que a UFM é um índice oficial do município, pra correção de dívida ativa e de tributos junto ao município de Cascavel. Todas as taxas, a partir do ano que vem, passam a vigorar através do índice da UFM. Anualmente é feito este reajuste. A UFM pra 2017 teve apenas a correção de 9,26%, que é o índice do INPC divulgado pelo IBGE aqui, no País. Este foi o reajuste da UFM que vai balizar os reajustes pras taxas e outros impostos aqui, em Cascavel pra 2017. Seria isso. – Presidente: Continua em discussão. Em votação, os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores, aprovado em primeira votação o Projeto de lei nº 81/2016. Em primeira discussão e votação o Projeto de lei nº 84/2016, que dispõe sobre autorização para a Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Fundetec, fornecer 02 (duas) bolsas de estudo, referentes à chamada pública nº 06/2016, por meio da fundação Araucária e dá outras providências; autor Executivo Municipal. Em discussão. Em votação, os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores, aprovado em primeira votação o Projeto de lei nº 84/2016. Em primeira discussão e votação o Projeto de lei nº 90/2016, que altera as Leis Municipais nº 6.275 de



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

08/10/2013, Plano Plurianual para o período 2014/2017, Lei 6.555 de 25/11/ 2015 - Diretrizes Orçamentárias para 2016 e 6.565 de 17/12/2015, Lei Orçamentária Anual para 2016 - Secretaria Municipal de Educação R\$ 270.000,00; autor: Executivo Municipal. Em discussão. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Em 2014 o município de Cascavel fez registro de preços pra aquisição de 3 ônibus pra o transporte escola rural, onde foi feito um convênio junto ao FNDE, mas o FNDE não entregou os ônibus na época. Em setembro de 2015, chegou um motorista da Mercedes Benz e entregou um ônibus ao município de Cascavel, na Secretaria de Educação dizendo que: era o ônibus que estava sendo mandado pelo FNDE. A Secretaria de Educação foi verificar e dos três ônibus foi liberado um ônibus para Cascavel. Esse ônibus, infelizmente continua parado: o município não conseguiu colocar ele em funcionamento, porque não tinha sido feito o pagamento, aguardando então a definição do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação dos procedimentos a serem tomados. Foram feitas diversas consultas para o Ministério da Educação do que seria possível, mesmo porque estava na conta o dinheiro e o ônibus também, estava em Cascavel. Após diversas consultas, o Ministério da Educação então definiu através do Ofício nº 26/2016, determinando que o município de Cascavel abrisse essa rubrica pra poder fazer o pagamento, mesmo porque o ônibus encontra-se parado e o dinheiro também, está no banco aguardando então pra fazer este encaminhamento. Tão logo recebeu a definição do Ministério da Educação, o município de Cascavel providenciou esse anteprojeto de lei pra passar para essa Casa de Leis, justamente pra adquirir esse ônibus e colocar em funcionamento; para substituição de alguns ônibus que estão precisando também de serem substituídos. Então esse ônibus é muito bem vindo agora, neste momento pra poder fazer então, o seu trâmite aí e transportar os alunos. (-Um aparte) Pois não! – Vereador Nei H. Haveroth: Gostaria de entender um pouco mais este Projeto, no sentido que a Secretaria está adquirindo este ônibus pra o transporte escolar, sendo que nosso transporte escolar é privado, terceirizado. Qual a finalidade da ocupação desse ônibus, já que o transporte nosso escolar é terceirizado? Ou tem outra finalidade dentro da própria Secretaria pra utilização desse ônibus, quando foi feito o Projeto? Porque na mensagem de lei traz pra nós, apenas a questão técnica. Qual seria a finalidade desse ônibus, se o transporte é terceirizado. – Vereador Cláudio Gaitero: Existem linhas feitas pela própria Prefeitura e este ônibus será usado nessas linhas. Será substituído um outro ônibus que precisa ser trocado. Seria isso. É uma questão burocrática: o município não sabia como fazer e questionou o Ministério da Educação. O jurídico de Cascavel ficou preocupado em colocar esse ônibus em andamento, sem ter uma definição do Ministério da Educação. E está aqui o ofício, onde o Ministério da Educação esclareceu e, deu todas as coordenadas e o município de Cascavel está fazendo sua parte. Obrigado! (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Até justifica a colocação do líder do governo sobre a situação, mas quando olhamos um ônibus parado; sendo que o dinheiro também está na conta há um ano e se levou um ano pra resolver a situação e



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

não foi informado sobre essa situação, não foi trazido à público pra que houvesse um auxílio até dessa Casa pra resolver essa questão... Acho complicado e, isso é uma coisa que jamais poderia ter acontecido. Houve uma falha da Secretaria de Educação, houve uma falha em não ter trazido ao conhecimento dos vereadores, do Poder Público pra que pudesse se resolver isso. Mesmo tendo a explicação, não dá pra aceitar que um ônibus fique parado; sendo que o dinheiro também estava na conta por um ano. (-Um aparte) Pois não! – Vereador Cláudio Gaitero: Realmente o município de Cascavel ficou amarrado com o Ministério da Educação e também lamento, mas o município estava amarrado pra poder fazer o processo correto. – Vereador Celso Dal Molin: Foi um ano pra resolver e podia resolver em um mês. Obrigado! – Presidente: Continua em discussão. Em votação, os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores, aprovado em primeira votação o Projeto de lei nº 90/2016. Em primeira discussão e votação o Projeto de resolução nº 12/2013, que altera e inclui dispositivos da Resolução nº 4 de 1975 que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Cascavel, cria a Comissão de Direitos Humanos e dá outras providências, autores: Pedro Martendal, Márcio Pacheco, Ganso Sem Limite, Aldonir Cabral, Gugu Bueno, Jorge Menegatti, Walmir Severgnini, Jaime Vasatta, Marcos Rios, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Luiz Frare, Nei H. Haveroth, Rui Capelão, Paulo Bebber e Cláudio Gaitero. Em discussão o Projeto de resolução nº 12/2013. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Este Projeto é de 2013 e acho que mereceria mais discussão em cima deste Projeto. Porque vi na imprensa que esse assunto estaria sendo implantado por alguns defensores e eu acho importante que, os direitos humanos sejam discutidos, respeitados por todos os segmentos e instituições no Poder Público; mas hoje de manhã escutei uma pessoa dizer que: este Projeto seria pra defender apenas as minorias. Os direitos humanos não são só das minorias, são pra qualquer pessoa e, principalmente pessoa de bem. Se esse projeto foi colocado no final do mandado, sendo que colocamos no início da legislatura, peço que seja retirado e deixar pra próxima legislatura discutir isso. Porque não quero que um Projeto que foi assinado por mim também, que não seja utilizado pra defender os direitos humanos e só da minoria. Seres humanos somos todos nós, quem tiver o direito violado, mas aqui no Projeto não diz isso. O Projeto é claro que essa Comissão teria essa finalidade de ser neutra neste sentido; então, acho que desde 2013 nós ficamos esperando isso e no final nós votarmos... então faço o pedido de retirada; que a próxima legislatura rediscuta essa questão, pra que realmente coloque dentro de uma realidade nova, de um momento, de uma conjuntura modificada no País e pra que possamos ficar... Porque 3 anos parado... este legislador não vai mais poder participar de um Projeto que foi lá do início da legislatura, sido colocado por este vereador. Não fui reeleito e não vou participar dessa Comissão, por isso acho que a nova legislatura poderia discutir isso melhor. (-Um aparte) Pois não! – Vereador Cláudio Gaitero: Concordo. Uma resolução colocada em 2013, sendo votada agora. É estranho, então pedimos a retirada dessa Resolução. (-Um aparte) Pois não! –



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Vereador Romulo Quintino: Vereador Nei H. Haveroth, acredito que seu pensamento deve ser acompanhado, mas quero propor uma não retirada e sim, uma votação em contrário. Senão daqui a pouco, vamos ser obrigados a retornar a pauta este Projeto, mas é um Projeto que estava há bastante tempo e os Projetos protocolados num momento ou outro, terão que entrar em votação e aí temos que por este Projeto em votação, sobre título de não causar um prejuízo maior a ideia, ao Projeto e em respeito ao vereador que propos. O vereador articulador desse Projeto nem está presente pra defender o Projeto, então não tem sentido continuar com essa discussão. Sou favorável ao voto contrário, porque tem que ser discutido melhor. Acompanho o vereador Nei H. Haveroth no seu pensamento. Obrigado! (-Um aparte) – Vereador Nei H. Haveroth: Pois não! – Vereador Robertinho Magalhães: Acho que colocamos em votação e pedimos voto contrário, porque depois esse Projeto vai retornar. Contamos com todos os vereadores para voto contrário. – Vereador Nei H. Haveroth: Se é este o entendimento, retiro meu pedido de retirada do Projeto. – Presidente: Vereador Nei H. Haveroth retira o pedido de retirada. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Se o Projeto é bom, se passar 2 anos não pode cair no esquecimento. Direitos humanos tem que ser pra minoria, os dominadores não precisam de direito. Este projeto é muito bom e devemos votar favoravelmente: por que acontecem essas brigas no mundo? Porque não se respeita as minorias ou as majorias em certos lugares. Aqui, somos um País tão democrático e vamos dizer que, as minorias não têm direito? Quando a gente vai num estádio de futebol tem que preservar a minoria. Aqui no Brasil, temos que preservar as minorias que são: os cadeirantes, doentes mentais, enfim. O que o Nei Haveroth levantou nem faz parte da sua personalidade. Quando se fala em minoria, já vai pra o sexo: ou é boiola ou não é boiola. Não é por aí! A minoria são os índios, os crentes, porque a maioria são os católicos por enquanto. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Jorge Menegatti: Obrigado! Com todo respeito, mas o católico também é crente; porque crê em Jesus Cristo e então, o evangélico e católico são crentes. Mas quero colocar meu voto contrário, porque esse Projeto é de 2013 e acho que devemos deixar pra a próxima legislatura, resolver isso. Não temos necessidade de criar isso, agora no final de feira, porque nem tem como criar Comissão, agora. (-Um aparte) – Vereador Jorge Bocasanta: Pois não! – Vereador Nei H. Haveroth: Acho que todo ser humano tem que ser respeitado em seus direitos: não é questão de minoria ou maioria, é ser humano. Estou falando da implantação de uma Comissão permanente nesta Casa e dentro do Regimento: não estou discutido se o direito humano é benéfico; claro que é! Estamos discutindo instalar uma Comissão permanente nesta Casa de Leis, pra nós durante o mandato ter conseguido trabalhar com essa Comissão e agora, nós vamos estabelecer uma Comissão permanente no final da nossa legislatura? É essa a questão; não vamos distorcer as coisas. Não vão me jogar contra as minorias de classes, que vou responder a altura. Não vamos distorcer as coisas, é só nesta questão: alteração do Regimento Interno no final da legislatura, pra modificar o que esses vereadores durante o mandato teriam que ter trabalhado dentro dessa Comissão. – Vereador Jorge



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Bocasanta: A Câmara não termina em 31 de dezembro, então a gente tem que fazer um trabalho pra Câmara que é eterna. Não vejo diferença nenhuma, de nós fazermos uma Comissão dos Direitos Humanos. E pra que deixar pra próxima legislatura? Vou votar favoravelmente, no final da feira existe fruta boa e não é só a estragada. Vamos deixar pra próxima legislatura uma coisa que podemos fazer agora, no momento? Então, peço voto favorável. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: O assunto é delicado. Sugiro que esse assunto seja feita uma maior discussão. Sugiro que seja retirada essa Resolução pra que possa ser feita uma discussão maior na próxima legislatura. – Presidente: Em discussão o pedido de retirada. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Fernando Winter. – Vereador Fernando Winter: A bancada evangélica está de parabéns, onde foi um recado pra nós da bancada católica: se não me engano 7 ou 8 vereadores da bancada evangélica e é um recado pra nós, que somos da bancada... Quem sabe, Dom Mauro possa abrir-se mais pra política: eu fui um dos únicos que não assinou. Só agora que veio a pauta e não concordando com o Romulo Quintino, porque às vezes podemos perder indo pra votação esse Projeto: então, sou favorável ao pedido do Nei de nós fazermos a retirada desse Projeto e deixar que os novos vereadores possam estudar melhor este Projeto. Peço aos demais vereadores que possam votar pela retirada desse Projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Rui Capelão. - Vereador Rui Capelão: Essa questão dos direitos humanos é bastante importante. Há poucos dias teve um projeto meu falando do idoso, que são os mais desrespeitados dos cidadãos dentro da sociedade e o Projeto não passou. Se não passa o Projeto em defesa do idoso, que é específico: aonde que nós vamos cuidar dos direitos humanos, de quem? Da criança? Existe já estatuto, lei pra cuidar; então eu acho que a nossa sociedade tem mecanismos bastantes nesse sentido, portanto essa Comissão dos Direitos Humanos não sei se faria muita coisa: se nós não tivermos caminhos melhores, como leitos, como suporte. As leis, temos várias como: federais, estaduais e municipais; mas teria que ser alguma coisa específica e não ampla. Ampla é obrigação de todos nós, então não precisa criar uma Comissão, se é obrigação de todos. E a questão de retirada, retirada é deixar o Projeto pronto para voltar amanhã ou depois em outra sessão. O que nós precisamos é arquivar de uma vez, pra que só possa entrar na próxima legislatura. – Presidente: Após a retirada, ele é arquivado. - Vereador Rui Capelão: Então, arquivamento do Projeto. – Presidente: É retirada, não adiamento. - Vereador Rui Capelão: Retirada, se não tiver data marcada pode voltar a qualquer hora. Se eu pedir retirada por 2, 3 sessões estou especificando. – Presidente: Após a retirada; se aprovada ele é retirado e vai pra discussão. - Vereador Rui Capelão: Então mandamos pau aí. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Professor Paulino. - Vereador Professor Paulino: É uma pena que a gente pense em retirar o Projeto. Tem que ser votado. Vamos deixar pra próxima legislatura, sendo que os projetos que aprovamos é pra Câmara de Vereadores. Não estamos aprovando pra próxima legislatura e sim, pra Câmara de vereadores. Gostaria de contribuir pra que a gente institua essa Comissão de Direitos Humanos nesta Casa.



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Nada mais importante do que a Câmara de Vereadores estar dando este exemplo pra sociedade. Começaria por aqui, aprovando uma Comissão; onde todos os vereadores e a população possam estar recorrendo a essa Comissão em momentos de dificuldade. Acho uma bobagem, quando se diz que é só pra minorias. Direitos Humanos é para todos, e claro que se tiver uma pessoa só, seja ela em que situação que ela se encontra, ela tem que ser respeitada sim, começando pelas mulheres, pessoas, não precisamos falar e, parece que é problema falar em homossexuais. Não tenho nada contra, quero que as pessoas sejam respeitadas. Não tenho nada a ver com as questões individuais. Cada um tem que levar a sua vida na sua particularidade e ser respeitado por isso. E não é questão de religião. Direitos humanos estão acima das religiões. Eu vejo problema sim, em jogar pra frente. Sou contrário à retirada do Projeto, gostaria que fosse votado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Venho defender a não retirada. Primeiro, porque existem dois argumentos pela retirada e, o primeiro é que o Projeto é velho. O que mudou em relação aos humanos de dois anos pra cá? Nada! Lembrando que a Carta da ONU é de 48, a Carta da ONU de 48 segue sendo atual; até porque muitos artigos da ONU não são cumpridos: direito à moradia, educação, saúde, água, dignidade, respeito. Muitos países sequer cumprem os artigos da ONU de 48; então entendo que este argumento de que caducou não vejo nenhum sentido; até porque o mandato não termina. O mandato vai terminar só em janeiro, eu entendo que o mandato segue até 31/12, então vamos votar coisas pra frente: todas as votações vão ser pra frente, vão ter efetividade pra frente. Este argumento entendo que é equivocado, e sobra qual argumento? É este argumento que vem tomando força, infelizmente, nas redes sociais, no Brasil atual, que é o ataque a todos os direitos humanos e ataque a Constituição de 88. Se vocês forem ler este Projeto de lei, ele só cita a Constituição. Nós estamos num momento tão perigoso do Brasil que citar a Constituição é subversivo e infelizmente, esta Casa é reflexo deste momento brasileiro em que tudo que é diversidade, que é direito se encontra sobre ataque. Inclusive lembrando que, a criação de Comissões nas casas legislativas é mais indicação do Ministério Público do Paraná. Entendo que o que está por trás dessa tentativa ou de retirada ou de derrotar não retirando, é este momento em que se rasga a Constituição Federal, em que os direitos se encontram todos eles sobre ataque. Lamentavelmente ou sintomaticamente, isso é o reflexo do momento em que a gente vive: as chamadas minorias se encontram o tempo todo sobre ataque político, minorias como os cadeirantes, crianças, homossexuais e toda diversidade humana. E eu não consigo entender a resistência desta Casa em aprovar uma Comissão que busca defender direito humano. O que é humano? É tudo aquilo que você sendo humano tem direito. Só isso! E assustadoramente esta Casa tem dificuldade de debater isso. Vou votar pela não retirada. Se as pessoas quiserem derrubar que derrubem, mas tragam argumento verdadeiro. Argumento verdadeiro não é porque está atrasada, estamos trazendo a ONU de 48, então a ONU está atrasada, precisamos reformar a ONU. Muito bom! Peço a não retirada e se forem derrubar o projeto, que seja com argumentos verdadeiros.



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Peço a não retirada. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Romulo Quintino. - Vereador Romulo Quintino: Não deixa de ser interessante que o apelo a um sentimentalismo sobre o que não existe, sempre está muito bem enraizado nos Partidos que estavam desgovernando o Brasil até poucos meses atrás. A Constituição é pra todos; lógico que, sim. A Constituição como falaram alguns vereadores, a questão da educação, a questão da saúde, a questão da habilitação, ela é prevista na Constituição e de forma muito natural à legislação já existe e ela não está sendo cumprida e ela não era cumprida até pouco tempo atrás e precisa ser cumprida. Agora, entre cumprir a legislação, entre cumprir a Constituição e criar uma superclasse são duas coisas muito diferentes. E é exatamente isso que alguns movimentos querem fazer. A Constituição é para o branco, para o negro, para todos. Agora todas as manobras que sempre aconteceram em nível federal, ela buscou a Constituição ou a formação fundamentada de superclasses que colocava a classe A superior a classe B, porque estão sendo mais perseguidos. Se o homossexual for violentado, quem violentou tem que ir pra cadeia, se o heterossexual for agredido, quem violentou tem que ir pra cadeia, se o branco for discriminado quem discriminou tem que pagar por isso, de igual forma o negro. Esse apelo é tão baixo e não tenho nenhum problema: pode citar meu nome, essa é nossa posição. Esse ataque mais uma vez sorrateiro é desproporcional e equivocado. Eu concordo com o vereador Nei H. Haveroth e este é o tom da nossa conversa, embora o vereador Paulo Porto tentou dar outro foco para conversa; mas a única discussão é que nós estamos mexendo no Regimento Interno no final do mandato, que é algo bem sério e, vamos discutir alguma coisa que vai ser feita pela próxima legislatura. O mandato não terminou, mas mexer no Regimento Interno para criar uma Comissão a essa altura da legislatura, realmente não é bem visto. Voto pela retirada do Projeto. – Presidente: Em votação o pedido de retirada, feito pelo vereador Cláudio Gaitero. Proceda a votação nominal, senhor secretário. (Foram contrários, os vereadores: Gugu Bueno, Professor Paulino, Paulo Porto, Marcos Rios, Jorge Bocasanta,) (Foram favoráveis os vereadores: Fernando Winter, Jaime Vasatta, João Paulo de Lima, Celso Dal Molin, Walmir Severgnini, Jorge Menegatti, Aldonir Cabral, Robertinho Magalhães, Nei H. Haveroth, Romulo Quintino, Ganso Sem Limite, Vanderlei Augusto da Silva, Rui Capelão e Cláudio Gaitero) – Secretário: São 5 votos contrários e 14 favoráveis, pedido de retirada aceito. – Presidente: Com 5 votos contrários e 14 favoráveis, foi aprovada a retirada. Em única discussão e votação a Moção nº 8/2016, que expressa apoio aos estudantes secundaristas mobilizados em Cascavel e no Estado do Paraná, autores: Professor Paulino, Paulo Porto, Vanderlei Augusto da Silva, João Paulo de Lima, Jaime Vasatta, Gugu Bueno, Walmir Severgnini, Ganso Sem Limite, Celso Dal Molin, Aldonir Cabral e Jorge Bocasanta. Em discussão, a moção. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Fernando Winter. – Vereador Fernando Winter: Gostaria de me manifestar sobre essa questão da Moção liderada pelo Professor Paulino, Paulo Porto e demais. Primeiramente, dizer com todo respeito que nós tivemos, acho que foi sexta-feira ou sábado, o dia do professor. Parabenizar a todos os professores, na pessoa do professor Paulino, Paulo Porto e



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

também, Vanderlei Augusto da Silva. Acredito que todos passamos até o presidente da República, passou por um professor. Gostaria de discutir com os nobres vereadores que, eu sou contrário a esta Moção. Até estou estranhando aqui a assinatura de alguns vereadores e, se estão cientes do que realmente está acontecendo sobre essas invasões. Mesma coisa, invasão, ocupação... Invadiram... vou só relatar um fato, pra dizer pra vocês vereadores que: essas ocupações têm interferência de vários Partidos de esquerda, com toda certeza. Vou citar aqui, o nome do meu filho Gabriel Winter, ele é estudante do colégio Marilis Piretelli, ele inclusive é líder da sala e, é um dos únicos colégios que não foi ocupado é o Marilis Piretelli. Porque 90% dos alunos daquele colégio são contra essas ocupações e só havia três professores lá que eram favoráveis a essa ocupação; então, até ontem pela parte manhã estava tudo tranquilo. Aonde a gente observou que houve a interferência do Colégio Eleodoro e do Colégio Wilson Joffre; da liderança daqueles que ocuparam aqueles colégios para que hoje de manhã também, fosse ocupado o Colégio Marilis Piretelli. Então é óbvio senhores vereadores, que existe uma interferência sim, da APP. Primeiramente da APP e de Partido de esquerda nessas ocupações e contrários a PEC 241; então eu quero dizer a vocês, senhores vereadores, inclusive vocês que assinaram isso aqui: votem contrários. Esta é minha posição e peço voto contrário a Moção nº 8. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Professor Paulino. - Vereador Professor Paulino: Estas ocupações que os estudantes estão fazendo nas escolas públicas, escolas que são deles. Inclusive o governador solicitou interferência pra que se retirassem os estudantes e o juiz disse que: eles estão ocupando o lugar que é deles. Os estudantes estão defendendo a escola pública, gratuita e de qualidade para todos. Estão defendendo que disciplinas importantes para a formação do indivíduo não sejam tiradas, como: Sociologia, Filosofia, redução das humanas, aí a gente percebe um atentado contra a formação de crianças, adolescentes aí com 15 ou 16 anos que, teriam que estar pensando somente em ser profissional, ou seja, já tem que estar escolhendo uma disciplina, um curso que pode ser feito sem problema nenhum. E nós também, não somos contrários que a escola seja em tempo integral, mas que se deem todas as condições inclusive pra os estudantes que trabalham e, que tivesse uma bolsa pra sustentá-lo e aí sim, seríamos favoráveis. Que o estudante que vai ficar o dia todo, tenha condição e que seja oferecida condição; mas a proposta que está vindo aí; é de corte. Essa medida 241, que já passou no Congresso Nacional, está no Senado hoje, ela corta direitos e coloca a educação, a área pública, 20 anos sem ter condições de repor de repente até um livro se necessário, contratar professores. Inclusive na educação básica, nós em Cascavel temos necessidade de 4 mil vagas para os Cmei's e isso será retirado esse direito. Os estudantes estão ocupando um espaço, não porque tem prazo em fazer isso. E que bom se fosse Partido de esquerda fazendo isso, mas não é. E a APP Sindicato também, não está interferindo nisso. Eles que estão se organizando e temos que dar apoio aos estudantes, porque eles não estão defendendo só os interesses deles; mas de toda sociedade brasileira e de modo especial aqueles que estudam na escola pública. Porque não vai mexer em nada pras escolas



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

particulares, só está tirando daqueles que mais precisam: do filho do trabalhador, da escola pública. Entendo que esta Câmara tem o dever de expressar seu apoio. Agradeço a todos os vereadores que assinaram essa moção. A gente agradece isso. (- Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Primeiro, temos que entender melhor o que são as ocupações. Não é contra a PEC só, é contra a Medida Provisória nº 746. Deixar claro que a PEC é um debate maior, mas as ocupações foram motivadas não pela PEC, pela Medida Provisória 746 e essa é uma medida sem nenhum debate com a comunidade escolar que, visa retirar disciplinas civilizadoras, humanizadoras do ensino médio, como: Filosofia, Sociologia e Educação Física. Claro que existe um debate entre os educadores e entre os alunos, que é necessário reformar o ensino médio; mas que seja um debate longo, democrático, onde as pessoas sejam ouvidas e os protagonistas possam falar. Não uma reforma atabalhoada, uma reforma equivocada, de baixo pra cima e por um governo ilegítimo e por um ministro ilegítimo, que é o Mendonça Filho; o que vai acarretar? O que está em jogo? A volta da escola dual: uma escola pra o pião e a outra pra o patrão. A pergunta é: vocês acham que as escolas privadas vão abrir mão de Filosofia e Sociologia? Óbvio que não. Quem vai abrir mão é o ensino médio público e voltamos ao velho debate: uma escola tecnicista pra formar pra o trabalho, pra serem os trabalhadores de baixo escalão e o baixo escalão que, são os filhos dos trabalhadores brasileiros e; uma escola para elite dirigente, como era nos anos 60 e onde elas vão se formar para poder dirigir o país. Uma escola pra o filho da dona de casa e uma pra o filho da empregada doméstica. Estamos debatendo isso. Se você coloca como optativo: você tira do currículo escolar as disciplinas humanizadoras e, elas vão ficar onde? Na escola particular. E a escola pública vai ser uma escola tecnicista, das ciências duras: Matemática, Português... Vamos voltar ao debate do século XIX, onde se debatia que escola nós queríamos. Como dizia John Locke: que educação nós queremos? Uma escola pra o trabalhador e uma pra os nossos filhos. Por que afinal o quê o filho de um mineiro quer entender de Filosofia e Sociologia; afinal o destino dele é ser mineiro. É a chamada escola dual. O debate é esse e essa molecada entendeu. Ou eles lutam pra manter disciplinas humanizadoras, que permitam que eles possam um dia, inclusive ascender socialmente e poder entender o mundo ou voltamos ao século XIX: uma escola pra o trabalhador e uma pra o patrão, uma pra casa grande e a outra pra senzala. Não é se a ocupação está certa ou errada: a questão é que foi a única maneira que eles tiveram pra chamar atenção do País. E eles estão entendendo que vai precarizar a educação no País, estamos voltando 80 anos. Uma escola pra o trabalhador que é pra o trabalho e pra formar balconistas, técnicos, operários, e uma outra escola pra classe dirigente, como sempre foi até os anos 60; quando conseguimos retomar uma escola humanizadora e emancipadora. O que está em jogo aqui: é uma escola emancipadora e humanizadora e uma escola voltada pra o trabalho. É só uma moção de solidariedade. Vamos apostar numa escola que forme lideranças, gente humanizada ou uma escola para o trabalho? Porque os filhos da classe média vão seguir estudando Filosofia e Sociologia. Muito obrigado! (-



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Não temos uma oratória como o vereador Paulo Porto, porém voltei no tempo e me imaginei nos meus 16 anos; onde ajudamos a fundar o grêmio estudantil, no colégio onde a gente estudou. No ano seguinte, nós ajudamos a fundar a ASSES que é a Associação Cascavelense do Ensino Secundário, aonde eu fiz parte da diretoria por 2, 3 anos e tudo isso me veio na mente agora, no discurso dos nobres colegas. Na época nossa, do grêmio estudantil eu, então, com 16 anos que imagino que é a idade desses estudantes que estão fazendo as ocupações aqui no Estado do Paraná, que em minha opinião não tem nada a ver com PEC 241 nem 746. A única discussão vem de encontro a APP com o governador: é só esse fato que está em jogo, aqui no Estado Paraná. Eu lembro que nós nos reunimos na época, para falar sobre direitos e deveres. Qual é o meu direito, qual é o meu dever? E hoje, a gente vê muito pouco falar em dever e a gente vê muito falar em direito: que eu tenho direito a isso, a aquilo; e quem paga a conta? Nós estamos aí próximos de completar 16 anos, aonde todas as discussões seguiram para essa linha aí: só direito, só direito, só direito e nós percebemos em que pé está o nosso País. Se nós lá atrás pensássemos um pouco em deveres, com certeza nós colheríamos algum fruto ao longo da nossa vida; porém hoje, pensando só em direitos, com certeza ali na frente nós não teremos muito que comemorar. Percebo que essa Moção não vai levar nada a lugar nenhum, mas mesmo assim, gostaria de pedir a retirada dessa moção, pra fazer quem sabe uma discussão maior aqui, nessa Casa de Leis e então, peço a retirada da Moção. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Romulo Quintino. - Vereador Romulo Quintino: Mais uma vez esta Casa é conclamada pra votação de um tema interessante. Durante nosso mandato, durante a apresentação da nossa legislatura, muitas vezes nós votamos matérias impopulares. Muitas vezes nós tivemos que votar matérias que não estavam dentro de um anseio popular, mas nunca abrimos mão do nosso papel de responsáveis, enquanto vereadores e nunca abrimos mão da nossa responsabilidade. Esta Moção tem um peso muito grande, afinal nós estamos falando da Câmara de Vereadores, que é a legítima representação da sociedade. Estamos falando de Cascavel, que é a quinta cidade do estado do Paraná. Cidade que mais cresce no interior do Estado do Paraná e essa moção vem carregada de vício de origem. É uma Moção puramente partidária, apoiada em um movimento carregada por um sentimento partidário, ideológico. É uma cortina de fumaça que é: a criação de um movimento, pensamento que busca ofuscar a visão acerca da realidade e qual é a realidade? Que esse mesmo grupo que fez esta Moção aqui, liderada pelo Professor Paulino é o mesmo grupo político que, levou o nosso Brasil ao maior comprometimento das suas finanças na História. Então, essa cortina de fumaça criada é uma briga institucionalizada entre o PT, o PCdoB e o PSDB, e o chamado governo neoliberal; mas e a população? O que tem a ver com essa briga? Não podemos, enquanto Câmara de Vereadores permitir que essa Moção leve à frente um pensamento que não está de acordo com o quê a sociedade quer no momento. Por que antes de fazer essa ocupação, a dita ocupação, não houve uma discussão maior com a comunidade



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

escolar envolvendo os alunos, 95% dos alunos, envolvendo os pais, a associação de moradores que são os reais prejudicados? Porque não tem outros prejudicados a não ser a própria comunidade. Esse movimento não está acontecendo no Pernambuco, Alagoas, porque lá o PT, o desgoverno anterior teve absoluta vitória. Está acontecendo no Estado de São Paulo e no Estado do Paraná mais efetivamente, devido ao posicionamento do povo paranaense. A população não pode pagar essa conta que tende a ser uma conta muito cara, por uma briga partidária. O governo já tomou a decisão do recesso escolar e o que vai acontecer é que: diminui o recesso do meio do ano e daqui a pouco as férias do final do ano, também vão estar comprometidas. Vamos ficar vivendo essa guerra, onde o único que perde é a comunidade escolar. O movimento que está ocupando as escolas não representa a totalidade dos estudantes, toda comunidade escolar. Por que essa ocupação não foi feita com amplo debate com a comunidade escolar? Tinham medo de não receber o apoio dos pais? Deixando muito claro: nós estamos aqui, com os órgãos de imprensa, É lógico que isso vai ser disseminado por nossa cidade, eu não estou defendendo que os estudantes sejam proibidos de se manifestar: mas e o direito ao contraditório, que eles tanto falaram no governo deles? E o direito dos demais alunos que, querem estudar? E o direito dos professores e aqui, estou falando dos professores e não dos deseducadores, que é uma outra classe. O direito dos professores de ir pra sala de aula, pra ministrar sua disciplina. Esse movimento cativo, movimento sindical, o Professor Paulino falou aqui que: a APP não está no meio e, aliás eu não sei se é APP ou APT, tenho uma dúvida, Mas hoje de manhã, o Professor Paulino deu uma entrevista no Primeira Hora, que o senhor precisava ouvir: que o senhor falou que é totalmente diferente o que o senhor falou na entrevista do que o senhor falou na tribuna. Aí, eu não sei se eu acredito naquela fala sua da tevê ou nesta sua fala na tribuna, dizendo que a APP não tem nenhuma influência nisso. Esse pessoal é o mesmo que é favorável à aplicação da ideologia de gênero. É o mesmo pessoal favorável ao aborto, é o mesmo pessoal que não respeita o direito de propriedade, vide Araupel. Então, somos a favor do diálogo e do respeito ao próximo; não podemos portanto, fechar as escolas. Quero terminar essa fala, fazendo um apelo aos professores que querem trabalhar: manifestem o desejo de vocês com mais força; porque vocês sabem, professores de verdade, quem é que está movimentando esse pessoal e quem é que está por trás desse movimento. Os senhores que precisam se manifestar: professores. Os senhores que não ficam tirando licença toda hora, que não vivem de atestado, que não ficam aí brincando e sobrecarregando os outros professores que estão nas salas de aula. E fazer um último apelo aos pais, às famílias que estão sendo os maiores prejudicados nesse processo de aprendizagem e quebrando o direito de aprendizado; onde o prejudicado será mais uma vez o filho. Voto contra a Moção. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Sou contra a retirada, quero que essa Moção vá à votação. A mocidade está fazendo uma mobilização, defendendo algo que eles acreditam. Quando os professores entraram em greve, fizemos também uma Moção de apoio. Esta mocidade está de parabéns, porque estão colocando a posição



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

deles. Assinei essa Moção e sou a favor; cada vereador vai votar como quer, então peço voto contrário à retirada da Moção. Voto favorável. - Vereador Paulo Porto: Questão de ordem. Quem pediu a retirada da moção? – Presidente: Cláudio Gaitero. - Vereador Paulo Porto: Isso não existe: ele não assinou a moção, como ele vai retirar? Temos um problema aqui, então não está em votação à retirada. O Cláudio Gaitero não assinou e então, não está autorizado a pedir a retirada. – Vereador Cláudio Gaitero: Questão de ordem. Vamos então, fazer um pedido de adiamento por 8 sessões desta Moção. – Presidente: Em discussão o pedido de adiamento. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Gugu Bueno. – Vereador Gugu Bueno: Quero reconhecer neste momento o direito da manifestação, contudo reconhecer também, legitimamente o direito de cada um dos senhores vereadores representantes diretos do povo de Cascavel que estão nesta Casa de se manifestarem; conforme a sua consciência. Então, eu tenho uma posição muito pessoal nesta questão até porque veio de grêmio estudantil: faço política, porque acredito nela como instrumento de transformação social. Acho que a nossa juventude de fato estava muito adormecida e uma juventude que não é rebelde, é uma juventude escravizada. A ponderação que eu faço neste momento é que: a nossa juventude estava muito calada nesses últimos 12 anos do governo PT, mas isso também, não me faz tirar o apoio ao seu direito de manifestação; então deixar muito claro o meu posicionamento, em relação a esta questão. Eu sempre brigo para que a nossa juventude, de fato seja politizada: pela esquerda ou pela direita, mas seja politizada. É um momento importante e a juventude certa ou errada na sua causa, isso o tempo nos dirá; mas ela tem todo direito de se manifestar e buscar e lutar por aquilo que acha certo. Sem contudo, perder o respeito para com aqueles que possam, porventura pensar de maneira diferente. O nosso Regimento Interno é muito claro, o Regimento Interno é uma lei estabelecida pela nossa Lei Orgânica Municipal. Eu digo a vocês aqui, que no seu artigo 207 diz que: qualquer cidadão poderá assistir às sessões da Câmara na parte reservada, desde que se conserve em silêncio durante os trabalhos, para que os vereadores possam colocar o seu posicionamento: alguns favoráveis à causa de vocês, como vereador Paulo Porto, outros contrários como do Rômulo Quintino, mas a legitimidade de ambos de estarem neste Plenário, lutando por aquilo que acham certo é absolutamente o mesmo. A democracia, muitas vezes é ouvir aquilo que nós não gostaríamos de ouvir, mas isso é a democracia. Democracia não é você vencer na força do grito ou na força. Democracia é dialogar, é conversar, é ponderar posicionamentos diferentes, buscando sempre o melhor para nossa sociedade. Só usei da palavra para fazer essa ponderação. Acho importante o direito de manifestação da juventude, porque uma juventude calada é uma juventude escravizada, contudo, vivemos num estado de direito democrático que tem que ser respeitado. Era essa minha ponderação que gostaria de fazer, reconhecendo a legitimidade de cada um dos senhores vereadores e a importância do posicionamento de cada um dos senhores vereadores; porque em tese, esses 21 vereadores representam a sociedade de Cascavel. Obrigado! – Presidente: Em votação, o pedido de adiamento à Moção nº 8/2016. Proceda a votação



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

nominal, senhor secretário. (Foram contrários, os vereadores: Gugu Bueno, Professor Paulino, Paulo Porto, Jorge Bocasanta, Celso Dal Molin, João Paulo de Lima, Nei H. Haveroth e Vanderlei Augusto da Silva) (Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Ganso Sem Limite, Rui Capelão, Cláudio Gaitero, Jaime Vasatta, Walmir Severgnini, Jorge Menegatti, Marcos Rios, Fernando Winter) – Secretário: São 8 votos contrários e 11 favoráveis, pedido de adiamento acatado pelo Plenário. – Presidente: Com 8 votos contrários e 11 favoráveis, pedido de adiamento por 8 sessões aprovado. Finda está à matéria da ordem do dia.

GRANDE EXPEDIENTE: – Presidente: Deixo a palavra livre aos senhores vereadores para pronunciamento de interesse público. A primeira inscrição é do vereador Professor Paulino.- Vereador Professor Paulino: Quero aqui de público, lamentar a atitude dos nossos vereadores por terem suspenso por 8 sessões a Moção de apoio aos estudantes. Quando acabar a greve não precisa mais: é neste momento que eles estão precisando de apoio. Quero agradecer aos vereadores que deram apoio, agora lamento a retirada do apoio aos estudantes. Eu como professor me sinto muito triste. Quero deixar claro que, nós não estamos politizando o debate com os estudantes. Não é a APP. A APP defende os trabalhadores organizados que fazem o uso do seu direito, pra poder se manifestar e dizer: nós não concordamos quando nossos direitos não são respeitados. Nós temos que ter orgulho dessa juventude, por ela estar defendendo o que de fato interessa. Quero ter orgulho dessa juventude que, está mostrando pra os legisladores, inclusive, da nossa Casa e para o governo do Estado do Paraná como é que essa juventude pensa. (-Um aparte) Pois não! – Vereador Paulo Porto: Aqui hoje, houve 2 manobras. Infelizmente, típico desta Casa, com vergonha de votarem contra os direitos humanos, pediram a retirada. Com vergonha de votarem contra a Moção, pediram a retirada. É mais fácil retirar do que votar contra. Hoje, tivemos duas manobras iguais, por vergonha. Lamentavelmente, esta Casa segue sendo reflexo do triste momento que o Brasil vive. Obrigado! - Vereador Professor Paulino: Em minha fala gostaria de estar agradecendo o apoio dos vereadores aos estudantes, mas não aconteceu, ainda. Mas acredito que a história deste País, desta Cidade, deste Estado um dia vai dizer: estudantes, muito obrigado por vocês terem se levantado. Parabéns pra vocês que certamente estão fazendo parte dessa História. Parabéns, pra vocês! Hoje, se inicia a greve dos professores do Estado do Paraná que unem-se a outros servidores do Estado que também, não estão contentes com as atitudes ditatoriais que tem tomado o nosso governador, que está lesando essa categoria sim, dando um prejuízo enorme pra nossa sociedade. Muito obrigado. – Presidente: Solicito ao Marcos Rios que assuma. – Vereador Luiz Frare: O que me traz a esta tribuna é fazer um esclarecimento sobre uma polêmica criada, com um item da Lei Orçamentária - LDO cuja, audiência pública aconteceu segunda-feira e com a presença de poucos vereadores, com uma parcela muito pequena da imprensa. Cabem alguns esclarecimentos sobre um determinado item daquela audiência pública, inserido na LDO, e aquele item fala em déficit primário. Déficit primário, cuja maioria da população, incluindo várias pessoas que fazem parte da elaboração da peça orçamentária, muitos



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

se questionam por que um déficit neste ano? A resposta que trago hoje é que a peça orçamentária de cada ano da LOA... 2006, 2007, 2008 tenho aqui; em todos os anos aparece um valor de déficit primário. Não significa que o prefeito atual vai entregar a Prefeitura ao próximo eleito com um déficit de caixa, não significa que o município vai ficar devendo alguma quantia a algum fornecedor, não significa que o salário dos funcionários, 13º e verbas rescisórias que todos têm direito não estarão sendo contempladas. Não significa que o município é inviável, pelo contrário. A Lei de Responsabilidade Fiscal é muito rígida e clara e felizmente, ela foi aprovada como está sendo aprovado neste momento no Brasil: o teto de limite de gasto. Aquela Lei de Responsabilidade Fiscal possibilita que os municípios hoje, alguns em alguns estados que ainda têm dificuldade, muitos estados entre eles o Paraná, consigam honrar os seus compromissos de fornecedores, de funcionários e de convênios, cuja responsabilidade sobrecarrega sobre o gestor público. Os 84 milhões de reais que está na LDO, cuja audiência pública aconteceu sexta-feira, é uma rubrica em que nem tudo o que o município coloca pra se fazer, por exemplo: de obra pública de Cmei, obra pública enfim, é possível realizar com recurso próprio e a grande maioria precisa vir de emendas parlamentares, de empréstimos, de convênios, de fundo perdido. A grande maioria das obras que foram, estão ou vão ser construídas em qualquer município deste Brasil, os municípios não têm capacidade financeira pra bancar com recursos próprios; por isso se coloca a possibilidade de se pegar esses recursos fora do município: órgãos ou instituições financeiras ou de emendas parlamentares. O município de Cascavel quando empenha R\$ 1,00 pela Lei de Responsabilidade Fiscal, ele tem que ter no orçamento a previsão, pra que possa ser pago aquele R\$ 1,00. No município de Cascavel quando se empenha uma obra é porque o recurso já está previsto no orçamento, no seu caixa e seu financeiro, também. Portanto, ao entregar em 31/12 para o próximo prefeito eleito que, aliás, quero parabenizá-lo por ter constituído uma equipe de transição e incluído nessa transição 2 fiscais do Tribunal de Contas, aposentados. Parabéns! Que se analise, que seja criteriosamente feito o levantamento que é necessário fazer, pra que depois de concluído esse levantamento e essa transição que, se diga ao povo de Cascavel o que se encontrou. (-Um aparte) Pois não! – Vereador Gugu Bueno: Quero parabenizá-lo, vereador Luiz Frare, isso só demonstra a importância de vossa excelência nesta Casa. Isto só demonstra uma visão aperfeiçoada sobre as finanças públicas. É importante deixar muito claro às pessoas até porque amanhã, não seja usado de outra maneira. O que está apontado na LDO é o déficit orçamentário e não o financeiro, como em todos os anos pelo menos do meu conhecimento está previsto. Porque a LDO é uma meta, essa meta você vai correr atrás pra cumprir, vai atrás de recursos do Governo Federal, de emendas dos deputados federais, enfim, você vai atrás pra poder cumprir essas ações e se você não conseguir dinheiro suficiente, você não executa aquelas obras. É assim que funciona a peça orçamentária. É de conhecimento de todos, quem conhece de finanças públicas que: nós estamos num momento saudável das nossas finanças. Isso será apurado pela equipe de transição e não há de se falar em déficit, porque estamos num momento



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

positivo das nossas finanças públicas do município de Cascavel. (-Um aparte) – Vereador Luiz Frare: Pois não! – Vereador Cláudio Gaitero: Só pra exemplificar, o vereador Gugu Bueno explicou muito bem, mas vamos complementar com um exemplo prático: se ano que vem, queira adquirir um veículo e eu não tenho hoje orçamento e, imaginando que ano que vem vou conseguir comprar um veículo, vou lançar na minha peça orçamentária que ano que vem vou comprar um veículo; e eu lanço ele negativo este ano e no ano que vem vou ter que correr atrás dessa verba, pra comprar esse veículo; caso contrário, não vai ser executado. – Vereador Luiz Frare: Muito bem colocado um exemplo de família, da casa de qualquer família, o exemplo de um orçamento familiar é o exemplo de qualquer Município, Estado ou União. Essa equipe de transição vai ter oportunidade de apontar se tiver alguma irregularidade, equívoco, enfim, que verifiquem com bastante afinco pra que se dê um veredicto verdadeiro da situação econômica, financeira do município de Cascavel. Obrigado. – Presidente: Não havendo mais nenhuma inscrição para o interesse público, encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às onze horas e trinta e um minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Ivanilza Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo secretário e pelo presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

LUIZ FRARE

Presidente em exercício

ROMULO QUINTINO

Secretário